



# Direito Administrativo

*Processo Administrativo - Lei 9.784/99*

**José Carlos Machado Júnior**

***E-mail: josecarlosmachadojunior@gmail.com***



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Processos Estatais

### 1. Vocábulo Processo - sentido - sentido amplo - processos estatais - princípios comuns

Princípio da Competência

Princípio da formalidade

Princípio da predominância do interesse público sobre o particular

### Série coordenados de atos coordenados para a realização dos fins estatais

### 2. Classificação

#### - Processo Legislativo - Criação da lei

Aplicação da lei

#### - Processo Judicial - trilateral, mediante provocação

#### - Processo Administrativo - por provocação ou de ofício



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Processo Administrativo - Sentidos

1. Conjunto de papéis e documentos
2. Processo Administrativo Disciplinar
3. Sentido amplo - conjunto de atos coordenados para solução de controvérsias
4. Sentido mais amplo - série de atos preparatórios para uma decisão final da Administração

-----  
*Art. 5º .....*

*LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;*

*LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;*



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Processo e Procedimento

**“Processo é o instrumento indispensável para o exercício da função administrativa”**

**“Procedimento é o conjunto de formalidades que devem ser observadas para a prática de certos atos administrativos; equivale a rito, a forma de proceder; o procedimento se desenvolve dentro do processo administrativo”**

- **sucessão de atos preparatórios que devem obrigatoriamente preceder a prática do ato final**
- **Diferença para o ato complexo**





# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Fases do Processo Administrativo

- Processos que envolvem solução de conflitos ou que resultem em alguma decisão:
  - Instauração
  - Instrução
  - (Defesa - para processos punitivos)
  - (Relatório e) Decisão
  
- Lei 9.784/99

### *DO DEVER DE DECIDIR*

*Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.*

*Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até **trinta dias** para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.*



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Modalidades de Processo Administrativo

- Gracioso e Contencioso
- Técnico e Jurídico (interno e externo)
  - Fases decisória e executória dos processos administrativos provocados pela própria Administração Pública
- Processos Jurídicos
  - processos ampliados
  - processos restritivos ou ablatórios
- Processos Litigiosos e não-litigiosos
- Processo administrativo e processo de expediente (Hely Lopes Meirelles)



# Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99

## Princípios do Processo Administrativo

- **Princípios comuns aos processos estatais:**
  - **princípio da publicidade**
  - **ampla defesa**
  - **contraditório**
  - **impulso oficial - princípio da oficialidade**
    - **poder de iniciativa para instaurar processo**
    - **instrução do processo**
    - **revisão de suas decisões**
  - **obediência a forma e procedimentos legais**
    - **(não significa formalismo - no processo administrativo - p. do informalismo)**

=====

*Lei 9.784/99*

*Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

*Art. 5º LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;*



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Princípios do Processo Administrativo

- **Princípios da ampla defesa e do contraditório**
  - **Contraditório decorre da bilateralidade do processo :**
    - **Notificação dos atos processuais à parte interessada**
    - **Possibilidade de Exame das provas constantes do processo**
    - **Direito de assistir à inquirição de testemunhas**
    - **Direito de apresentar defesa escrita**

-----  
Lei 9.784/99

Art. 2º

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.





# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Princípios do Processo Administrativo

### **Contraditório e Ampla defesa**

#### **Súmula 343, de 2007, do STJ e Súmula Vinculante nº 5 do STF**

*‘É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar’.*

#### **Súmula Vinculante nº 5 do STF / 2008**

*“A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”.*



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Princípios do Processo Administrativo

- **Princípios próprios do direito Administrativo:**
  - **Oficialidade**
  - **Gratuidade**
  - **Atipicidade**
    - **Tipicidade penal e atipicidade administrativa (\*)**
    - **Discricionariedade**

-----

## **Lei 9.784/99**

**Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.**



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Princípios do Processo Administrativo

### Princípios arroladas pela Lei 9.784/99 , denominados de critérios

Art. 2º ....Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Princípios do Processo Administrativo

Art. 2º ....Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.





# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Recurso Administrativo e da Revisão

### DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO

Art. 56. Das decisões administrativas cabe **recurso**, em face de razões de **legalidade** e de **mérito**.

§ 1º O recurso será dirigido à **autoridade** que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de **cinco** dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo **independe de caução**.

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da **súmula vinculante**, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, **se não a reconsiderar**, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso. [\*\(Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006\).\*](#)

Art. 57. O recurso administrativo tramitará no **máximo por três instâncias administrativas**, salvo disposição legal diversa.

Art. 58. Têm **legitimidade** para interpor recurso administrativo:

- I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;
- II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Recurso Administrativo e da Revisão

Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de **dez dias** o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser **decidido** no prazo máximo de **trinta dias**, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser **prorrogado** por igual período, ante justificativa explícita.

Art. 60. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso **não tem efeito suspensivo**.

Parágrafo único. Havendo **justo receio de prejuízo** de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 62. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá **intimar os demais interessados** para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Recurso Administrativo e da Revisão

Art. 63. O recurso não **será conhecido** quando interposto:

I - fora do prazo;

III - por quem não seja legitimado;

II - **perante órgão incompetente;**

IV - após exaurida a esfera administrativa.

§ 1º Na hipótese do inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe **devolvido o prazo para recurso**.

§ 2º O não conhecimento do recurso **não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal**, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, **modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente**, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo **puder decorrer gravame** à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Recurso Administrativo e da Revisão

Art. 64-A. Se o recorrente alegar **violação de enunciado da súmula vinculante**, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

Art. 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação **fundada em violação de enunciado da súmula vinculante**, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.

## REVISÃO

Art. 65. Os processos administrativos de que **resultem sanções** poderão ser **revistos**, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo **não poderá resultar agravamento da sanção.**





# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Caráter Subsidiário da Lei 9.784/99

**Art. 69. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.**



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Princípio da Motivação - Lei 9.784/99

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, **motivação**, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

### **DA MOTIVAÇÃO**

Art. 50. Os atos administrativos **deverão ser motivados**, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, **quando**:

- I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
- II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;
- III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
- IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;
- V - decidam recursos administrativos;
- VI - decorram de reexame de ofício;
- VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;
- VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.



# Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99

## Delegação e Avocação

### DA COMPETÊNCIA

Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, **delegar** parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, **ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados**, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. **Não podem ser objeto de delegação:**

- I - a edição de atos de caráter normativo;
- II - a decisão de recursos administrativos;
- III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Delegação e Avocação

### REVOGAÇÃO

Art. 15. Será permitida, em caráter **excepcional** e por motivos relevantes devidamente justificados, a **avocação temporária** de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.





# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Objetivo e Definições

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece **normas básicas sobre o processo administrativo** no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à **proteção dos direitos dos administrados** e ao **melhor cumprimento dos fins da Administração**.

§ 1º Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

### Órgão - Entidade - Autoridade

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

- I - **órgão** - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;
- II - **entidade** - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;
- III - **autoridade** - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.



# *Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99*

## Anulação e Convalidação de Ato Administrativo

### DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 53. A Administração **deve anular** seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e **pode revogá-los** por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O **direito** da Administração de anular os atos administrativos de que decorram **efeitos favoráveis** para os destinatários **decai em cinco anos**, contados da data em que foram praticados, **salvo comprovada má-fé**.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o **prazo de decadência** contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular **qualquer medida** de autoridade administrativa que importe **impugnação** à validade do ato.

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem **defeitos sanáveis poderão ser convalidados** pela própria Administração.